



DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA**Preço deste número - Kz: 340,00**

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.impresnanacional.gov.ao - End. teleg.: «Imprensa».	ASSINATURA		O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.
	Ano		
	As três séries	Kz: 611 799.50	
	A 1.ª série	Kz: 361 270.00	
	A 2.ª série	Kz: 189 150.00	
	A 3.ª série	Kz: 150 111.00	

SUMÁRIO

Presidente da República

Decreto Presidencial n.º 164/17:

Define as taxas e emolumentos dos serviços prestados pelos Órgãos da Administração do Estado intervenientes no processo de instrução, negociação, aprovação e acompanhamento de Projectos de Investimento Privado, designadamente a Unidade Técnica para o Investimento Privado e pelas Unidades Técnicas de Apoio ao Investimento Privado dos Departamentos Ministeriais. — Revoga toda legislação que contrarie o disposto no presente Diploma, nomeadamente, o Decreto Executivo Conjunto n.º 12/94, de 20 de Maio.

Decreto Presidencial n.º 165/17:

Autoriza o Ministro das Finanças a recorrer à emissão de Obrigações do Tesouro em moeda nacional (OT-MN), com as características e condições técnicas previstas no presente Diploma, até ao valor de Kz: 150.000.000.000,00, no âmbito do limite estabelecido no Orçamento Geral do Estado.

Despacho Presidencial n.º 184/17:

Aprova sob o regime contratual, o Projecto de Investimento Privado denominado SWB — Comércio e Indústria, Limitada, no valor de USD 102.270.093,00, bem como o Contrato de Investimento.

Despacho Presidencial n.º 185/17:

Aprova o Acordo de Financiamento a celebrar entre a República de Angola, representada pelo Ministério das Finanças, e o Banco Standard Chartered, no valor global de USD 265.800.000,00, para cobertura do Projecto do Sistema de Transporte de Energia Associado ao Aproveitamento Hidroeléctrico de Laíca.

Despacho Presidencial n.º 186/17:

Aprova a solicitação de «Não Objecção» do Governo da República de Angola, relativa a 3.ª Revisão do Programa do Fundo Monetário Internacional — FMI de apoio financeiro a República da Guiné-Bissau

Despacho Presidencial n.º 187/17:

Aprova a rescisão do Contrato de Execução das Obras de Construção da Via Marginal Sudoeste 2.ª Etapa do Troço — Praia do Bispo à Corimba, na Província de Luanda, celebrado com a empresa Construtora Norberto Odebrecht e o Contrato da Empreitada de Construção da referida Via,

a ser celebrado com a empresa China Railway 20 Group Internacional Angola — CR20, no valor global de USD 142.352.693,67.

Despacho Presidencial n.º 188/17:

Aprova a minuta do Contrato de Empreitada para a concepção/construção da Centralidade de Saurimo, na Província da Lunda-Sul, no valor total em Kwanzas equivalente a USD 33.821.529,80.

Despacho Presidencial n.º 189/17:

Aprova a Minuta de Contrato de Fornecimento e Assistência Técnica para a realização de revisões capitais na Central Térmica do Aeroporto, na Província do Namibe, no valor equivalente em Kwanzas a USD 4.888.334,08.

Despacho Presidencial n.º 190/17:

Aprova a Minuta de Contrato de Fornecimento, Montagem e Comissionamento de equipamentos para a construção de 25 Pequenos Sistemas de Água e 346 Pontos de Água Melhorados, em zonas suburbanas e rurais, nas Províncias do Bié, Benguela, Huambo e Uíge, no valor equivalente em Kwanzas a USD 100.000.000,00.

Despacho Presidencial n.º 191/17:

Aprova a Minuta de Contrato de Fornecimento e Assistência Técnica para a revisão capital incluindo o fornecimento de uma Turbina Recondicionada para a Unidade GT1 na Central Térmica de Viana, na Província de Luanda, bem como a sua relocação na Cidade do Lubango, no valor equivalente em Kwanzas a USD 11.561.427,00.

Despacho Presidencial n.º 192/17:

Aprova a Minuta do Contrato de Fornecimento e Assistência Técnica para realização de revisões capitais das 2 Turbinas Siemens instaladas sobre Barcaças na Central Térmica da Boavista I, na Província de Luanda, no valor equivalente em Kwanzas a USD 32.886.000,00.

Despacho Presidencial n.º 193/17:

Aprova a Minuta de Contrato de Fornecimento e Assistência Técnica para a Garantia de Disponibilidade de 3 Turbinas da Central Térmica de Malambo, na Província de Cabinda, no valor equivalente em Kwanzas a USD 61.155.200,00.

Despacho Presidencial n.º 194/17:

Aprova a Minuta do Contrato de Empreitada para a concepção/construção da Centralidade de M'Banza Congo, na Província do Zaire, no valor total em Kwanzas equivalente a USD 32.829.046,48.

Construção da Captação, Estação de Bombagem de Água Bruta, Conduta Elevatória de Água Bruta, Estação de Tratamento de Água, Edifícios e Instalações Auxiliares do Sistema de Distribuição.

2.º — É revogada toda a legislação que contrarie o presente Diploma, nomeadamente o Decreto Presidencial n.º 13/16, de 25 de Janeiro.

3.º — As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Despacho são resolvidas pelo Presidente da República.

4.º — O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 3 de Julho de 2017.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

Despacho Presidencial n.º 200/17 de 12 de Julho

Considerando que através do Despacho Presidencial n.º 14/16, de 25 de Janeiro, foi aprovado o Contrato de Empreitada (Lote B7) para a Realização de Estudos, Projecto Executivo, Estação de Tratamento de Água do Processo (ETAP) da ETA Bitá do Sistema IV Bitá, no valor total equivalente em Kwanzas a USD 10.398.027,99 (dez milhões, trezentos e noventa e oito mil e vinte sete dólares dos Estados Unidos da América e noventa e nove centavos) e que autoriza o Ministério da Energia e Águas a celebrar o Contrato com o Consórcio constituído pelas empresas Degremont, Mota Engil e Soares da Costa;

Havendo necessidade da empresa Soares da Costa ceder a sua posição contratual e respectivas responsabilidades à empresa Centro Cerro Angola;

O Presidente da República determina, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 5 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

1.º — É autorizada a cessão da posição contratual e respectivas responsabilidades por parte da empresa Soares da Costa à Empresa Centro Cerro Angola, do Contrato de Empreitada (Lote B7) para a Realização de Estudos, Projecto Executivo, Estação de Tratamento de Água do Processo (ETAP) da ETA Bitá do Sistema IV Bitá.

2.º — É revogada toda a legislação que contrarie o presente Diploma, nomeadamente o Despacho Presidencial n.º 14/16, de 25 de Janeiro.

3.º — As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Despacho são resolvidas pelo Presidente da República.

4.º — O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 3 de Julho de 2017.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS

Decreto Executivo n.º 338/17 de 12 de Julho

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o disposto no artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, o Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos determina:

Considerando a importância que o notariado assume no Sistema de Justiça e o impacto que a referida actividade tem relativamente ao funcionamento de uma economia de mercado;

A ambiciosa reforma que o Executivo Angolano introduziu no âmbito da actividade notarial com a aprovação da Lei n.º 8/11, de 16 de Fevereiro — Lei sobre o Regime Jurídico do Notariado, permitiu a institucionalização dos Cartórios Notariais de Competência Especializada (CNCE) e Cartórios Notariais Privativos (CNP), enquanto órgãos especiais do exercício da actividade notarial;

Convindo dotar estas instituições de um conjunto de regras de funcionamento claras;

ARTIGO 1.º

É aprovado o Regulamento Aplicável aos Cartórios Notariais de Competência Especializada e Cartórios Notariais Privativos, anexo ao presente Diploma que dele é parte integrante.

ARTIGO 2.º

É revogada toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma.

ARTIGO 3.º

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Decreto Executivo são resolvidas pelo Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos.

ARTIGO 4.º

O presente Decreto Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 12 de Julho de 2017.

O Ministro, *Rui Jorge Carneiro Manguerra*

REGIME JURÍDICO DOS CARTÓRIOS NOTARIAIS DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA E CARTÓRIOS NOTARIAIS PRIVATIVOS

CAPÍTULO I **Disposições Gerais**

ARTIGO 1.º **(Objecto)**

O presente Regulamento estabelece as regras de criação, estruturação, organização, funcionamento e extinção dos Cartórios Notariais de Competência Especializada,

abreviadamente designados por CNCE e dos Cartórios Notariais Privativos, abreviadamente designados por CNP.

ARTIGO 2.º
(Regime)

Os CNCE e os CNP estão sujeitos à fiscalização do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos.

CAPÍTULO II
Dos Cartórios Notariais de Competência Especializada

ARTIGO 3.º
(Criação de cartórios)

1. Os CNCE são criados por Decreto Executivo do Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos.

2. Os CNCE criados nos termos do presente Diploma podem funcionar nas:

- a) Instalações de organismos ou institutos públicos;
- b) Associações patronais ou empresariais;
- c) Associações de consumidores de representatividade genérica e de âmbito nacional;
- d) Câmaras de Comércio e Indústria;
- e) Ordens profissionais.

ARTIGO 4.º
(Natureza)

Os CNCE são serviços públicos afectos à entidade que requer a sua criação.

ARTIGO 5.º
(Regime de exercício de funções)

1. A classe e o quadro do pessoal dos CNCE constam do Decreto Executivo da respectiva criação.

2. Os lugares de notário e de oficial são providos nos termos da lei orgânica e do Regulamento dos Serviços dos Registos e do Notariado, sem prejuízo da aplicação de outros instrumentos de mobilidade previstos na lei geral.

3. O lugar de notário pode ainda ser provido em regime de comissão de serviço ou de requisição, nos termos da legislação vigente.

4. Sempre que se mostrar conveniente, para o regular funcionamento dos CNCE, o Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos pode determinar o destacamento de notários e de oficiais.

ARTIGO 6.º
(Competência)

A competência dos CNCE para a prática de actos é definida no respectivo Decreto Executivo de criação em função da actividade exercida pela entidade solicitante.

ARTIGO 7.º
(Iniciativa de criação de cartórios)

1. A criação de CNCE junto das entidades referidas no n.º 2 do artigo 3.º depende de proposta apresentada ao Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos.

2. A proposta referida no número anterior deve conter:

- a) A indicação das razões que justificam a criação dos referidos cartórios;

b) Indicação adequada das instalações e meios de equipamento destinados ao funcionamento dos CNCE a criar;

c) Os recursos humanos a afectar ao desempenho de tarefas técnico-administrativas;

d) O número de juristas que irão frequentar o curso de notariado ministrado pelo Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos para ocupar o lugar de notário.

ARTIGO 8.º
(Modo de funcionamento)

Os funcionários dos CNCP estão metodológica e funcionalmente subordinados aos organismos em que os mesmos se encontram inseridos, sem prejuízo do acompanhamento e fiscalização por parte do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos.

ARTIGO 9.º
(Extinção dos cartórios)

Os CNCE extinguem-se por Decreto Executivo do Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos.

ARTIGO 10.º
(Horário de funcionamento)

O horário de funcionamento do CNCE é o horário aplicável aos serviços em que estiverem inseridos.

ARTIGO 11.º
(Estatuto remuneratório do pessoal)

Aos funcionários do CNCE é aplicável o regime jurídico remuneratório dos serviços em que estiverem inseridos.

ARTIGO 12.º
(Regras a observar na escrita dos actos)

As regras a observar para as escritas dos actos são as observadas nos artigos 42.º e seguintes da Lei n.º 1/97, de 17 de Janeiro.

ARTIGO 13.º
(Tratamento informático de dados)

Os CNCE devem fornecer os dados dos actos por si praticados à base de dados do MJDH.

ARTIGO 14.º
(Materiais utilizáveis)

1. Os materiais utilizados na composição dos actos notariais devem ser de boa qualidade e capazes de dar à escrita as necessárias garantias de inalterabilidade e duração.

2. A Direcção Nacional dos Registos e do Notariado poderá ordenar a utilização de impressos dos modelos que vier a aprovar, para a expedição de actos avulsos bem como ordenar ou proibir o uso, para a escrita dos actos, determinados materiais ou processos gráficos.

3. O aplicativo e o material informático a usar no CNCE deve seguir o padrão do utilizado nos Cartórios e Lojas de Registos do MJDH.

ARTIGO 15.º
(Encargos dos actos notariais)

1. Pelos actos praticados no CNCE são cobradas as taxas e emolumentos constantes da tabela emolumentar dos Serviços do Registo e Notariado, salvo os casos de gratuidade ou de isenções previstas na lei.

2. A afectação dos emolumentos deve ser igual para todos os actos do CNCE, revertendo os mesmos, na sua totalidade para a Conta Única do Tesouro (CUT).

ARTIGO 16.º
(Fiscalização)

Compete à Direcção Nacional dos Registos e Notariado fiscalizar toda a actividade notarial dos CNCE.

CAPÍTULO III
Dos Cartórios Notariais Privativos

ARTIGO 17.º
(Natureza)

Os CNP são serviços externos da Direcção Nacional dos Registos e do Notariado.

ARTIGO 18.º
(Criação de cartórios)

1. Os CNP são criados por Decreto Executivo do Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos.

2. Os CNP criados nos termos do presente Diploma só podem funcionar nas seguintes instalações:

- a) Instalações de organismos ou institutos públicos;
- b) Associações patronais ou empresariais;
- c) Ordens profissionais;
- d) Parques Empresariais.

3. A criação de CNP é sempre precedida de uma convenção protocolar.

ARTIGO 19.º
(Iniciativa de criação de cartórios)

1. A criação de CNP junto das entidades referidas no n.º 2 do artigo 18.º depende de proposta apresentada ao Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos.

2. A proposta referida no número anterior deve conter a indicação adequada das instalações e meios de equipamento destinados ao funcionamento dos CNP a criar.

ARTIGO 20.º
(Regime de exercício de funções)

1. A classe e o quadro do pessoal dos CNP constam do Decreto Executivo da respectiva criação.

2. Os lugares de notário e de oficial são providos nos termos da lei orgânica e do Regulamento dos Serviços dos Registos e do Notariado, sem prejuízo da aplicação de outros instrumentos de mobilidade previstos por lei.

3. O lugar de notário pode ainda ser provido em regime de comissão de serviço ou de requisição, nos termos da legislação vigente.

ARTIGO 21.º
(Competência)

Os CNP praticam todos os actos que são praticados pelos Cartórios Notariais Públicos.

ARTIGO 22.º
(Convenção protocolar)

O Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos pode, a todo o tempo, revogar a convenção protocolar prevista no n.º 3 do artigo 18.º do presente Diploma, com fundamento no incumprimento.

ARTIGO 23.º
(Poder de direcção)

O poder de direcção do pessoal afecto às tarefas administrativas necessárias ao regular funcionamento dos CNP cabe exclusivamente ao Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos.

ARTIGO 24.º
(Extinção dos cartórios)

1. Os CNP extinguem-se por Decreto Executivo do Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos.

2. A extinção do CNCE implica a transferência dos respectivos livros e documentos para outros arquivos, nos termos das disposições legais aplicáveis ou para serviço externo indicado pela Direcção Nacional dos Registos e do Notariado.

ARTIGO 25.º
(Horário de funcionamento)

O horário de funcionamento do CNP é o horário aplicável aos serviços em que estiverem integrados.

ARTIGO 26.º
(Regras a observar na escrita dos actos)

As regras a observar para as escritas dos actos são as observadas nos artigos 42.º e seguintes da Lei n.º 1/97, de 17 de Janeiro, Lei da Simplificação e Modernização dos Registos Predial, Comercial e Serviço Notarial.

ARTIGO 27.º
(Materiais utilizáveis)

1. Os materiais utilizados na composição dos actos notariais devem ser de boa qualidade e capazes de dar à escrita as necessárias garantias de inalterabilidade e duração.

2. A Direcção Nacional dos Registos e do Notariado poderá ordenar a utilização de impressos dos modelos que vier a aprovar, para a expedição de actos avulsos bem como ordenar ou proibir o uso, para a escrita dos actos, determinados materiais ou processos gráficos.

3. O aplicativo e o material informático a usar no CNP deve seguir o padrão do utilizado nos Cartórios e Lojas de Registos do MJDH.

ARTIGO 28.º
(Encargos dos actos notariais)

1. Pelos actos praticados no CNP são cobrados as taxas e emolumentos constantes da tabela emolumentar dos registos e notariado, salvos os casos de gratuidade ou de isenções previstas na lei.

2. A distribuição emolumentar dos actos praticados no CNP é a praticada pelos Serviços do Registo e do Notariado.

ARTIGO 29.º
(Fiscalização)

1. Compete ao Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos fiscalizar toda a actividade notarial dos CNP, através de, sindicância, inspecções ordinárias ou extraordinárias em tudo o que se relacione com o exercício desta função.

2. Sempre que no decurso da visita de inspecção sejam detectadas situações que exijam a adopção de medidas urgentes ou irregularidades susceptível de configurar infracções disciplinares, o inspector deve comunicá-la imediatamente ao Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos através de um auto que deve enviar de imediato àquela entidade.

CAPÍTULO IV
Disposições Finais e Transitórias

ARTIGO 30.º
(Disposições transitórias)

Os Cartórios Notariais de Competências Especializadas têm 180 dias para adaptarem-se ao presente Decreto Executivo.

ARTIGO 31.º
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e as omissões resultantes da aplicação e interpretação do presente Regulamento serão resolvidos pelo Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos.

ARTIGO 32.º
(Disposições subsidiárias)

Nos casos omissos serão aplicáveis aos CNCE e CNP as disposições constantes dos seguintes diplomas legais:

- a) Decreto-Lei n.º 47 619, de 31 de Março de 1967 — Código do Notariado;
- b) Lei n.º 1/97, de 17 de Janeiro — que aprova a Simplificação e Modernização dos Registos Predial, Comercial e Serviço Notarial;
- c) Lei n.º 8/11, de 16 de Fevereiro — Lei sobre o Regime Jurídico do Notariado;
- d) Decreto Presidencial n.º 51/11, de 23 de Março — Regime Jurídico do Notariado.

ARTIGO 33.º
(Entrada em vigor)

O presente Regulamento entra em vigor no primeiro dia útil do mês seguinte ao da sua aprovação.

Publique-se.

Luanda, aos 12 de Julho de 2017.

O Ministro, *Rui Jorge Carneiro Manguiera*.

Decreto Executivo n.º 339/17
de 12 de Julho

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o disposto no artigo 2.º

do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, o Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos determina:

Convindo a definir a sua forma de organização e funcionamento, bem como a conformar e autonomizar a actividade e os actos praticados em sede do Cartório Privativo do Polo de Desenvolvimento Turístico de Cabo Ledo ao estipulado na alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º do Código do Notariado;

ARTIGO 1.º

É instituído o Cartório Privativo do Polo de Desenvolvimento Turístico de Cabo Ledo, para praticar somente os actos notariais próprios e inerentes ao referido Gabinete.

ARTIGO 2.º

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Decreto Executivo são resolvidos pelo Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos.

ARTIGO 3.º

O presente Decreto Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 12 de Julho de 2017.

O Ministro, *Rui Jorge Carneiro Manguiera*.

Decreto Executivo n.º 340/17
de 12 de Julho

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola e de acordo com o disposto no artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, o Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos determina:

Considerando que através do Decreto Presidencial n.º 141/16, de 8 de Julho, foi aprovado o Estatuto Orgânico do Gabinete Técnico de Gestão da Requalificação e Desenvolvimento Urbano do Perímetro Costeiro da Cidade de Luanda, do Futungo de Belas e Mussulo, com vista a definir a sua forma de organização e funcionamento;

Convindo a conformar e autonomizar a actividade e os actos praticados em sede do Cartório Privativo do Gabinete Técnico de Gestão da Requalificação e Desenvolvimento Urbano do Perímetro Costeiro da Cidade de Luanda, do Futungo de Belas e Mussulo ao estipulado na alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º do Código do Notariado e do disposto no artigo 16.º do supracitado Decreto Presidencial;

ARTIGO 1.º

É instituído o Cartório Privativo do Gabinete Técnico de Gestão da Requalificação e Desenvolvimento Urbano do Perímetro Costeiro da Cidade de Luanda, do Futungo de Belas e Mussulo, para praticar somente os actos notariais próprios e inerentes ao referido Gabinete.